

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8038670-87.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: JOAO PEDRO SOUZA MATOS e outros Advogado (s): LINDDEMBERG LEAL FREITAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARIPIRANGA-BA Advogado (s): ACORDÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO PRATICADO NO INTERIOR DE TEMPLO RELIGIOSO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DECISÃO FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NECESSIDADE DE SALVAGUARDAR-SE A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL A SER REPARADO. 1. Trata-se de Habeas Corpus liberatório, impetrado em favor de JOÃO PEDRO SOUZA MATOS, recolhido no Conjunto Penal de Paulo Afonso, em virtude de prisão preventiva decretada pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Paripiranga, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado. 2. Extrai-se dos fólios, que no dia 07.08.2022, por volta das 19 horas, o Paciente chegou à porta da Igreja Matriz da comarca de Paripiranga e perguntou à algumas pessoas quem era o Padre, contudo elas não lhe deram atenção. Assim que o culto foi iniciado, o Acusado adentrou o templo e desferiu um golpe de faca na região do pescoço de José Marques Santos Souza, Coroinha da Igreja, acreditando ser o Pároco, evadindo-se do local logo em seguida. O Paciente foi preso em flagrante no dia seguinte, após ser denunciado por um tio que havia tomado conhecimento do fato pelas redes sociais. Ao ser realizada busca e apreensão na residência do Paciente, foram encontrados escritos religiosos em língua estrangeira, sendo alguns em árabe, um Alcorão e outros objetos, conforme descreve o Auto de Exibição e Apreensão acostado (evento 345000369). A vítima, por sua vez, sofreu lesões corporais, não vindo à óbito por que conseguiu se desvencilhar, tomando a faca do agressor, sendo socorrida no hospital municipal. 3. No caso dos autos, o Magistrado a quo decretou a custódia cautelar do Acusado para a garantia da ordem pública, considerando que a gravidade concreta do delito evidencia periculosidade incompatível com a liberdade provisória. O modus operandi empregado pelo Acusado, tendo em vista que o delito foi praticado dentro de um templo religioso, demonstra sim uma maior reprovabilidade da ação, por consequência, a presença dos requisitos constantes no art. 312 do Código de Processo Penal. Ao contrário do sustentado pela Defesa, observa-se que a decisão constritiva de liberdade encontra-se revestida dos elementos que lhe conferem validade, mostrando-se suficientes seus fundamentos, ante a necessidade de apaziguar o temor da vítima, surpreendida com um golpe de faca no pescoço, bem como da comunidade da pequena cidade de Paripiranga, chocada com a audácia do Paciente. 4. As alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente, tais como a primariedade, residência fixa e ocupação lícita, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. HABEAS CORPUS CONHECIDO, ORDEM DENEGADA ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8038670-87.2022.8.05.0000, da comarca de Paripiranga, em que figuram como Impetrante LINDDEMBERG LEAL FREITAS, como Paciente JOÃO PEDRO SOUZA MATOS , e como Impetrado o Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Paripiranga. ACORDAM os senhores Desembargadores, componentes da Primeira Câmara Criminal – Primeira Turma, à unanimidade, em CONHECER E DENEGAR A ORDEM de habeas corpus, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 4 de Outubro de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8038670-87.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: JOAO PEDRO SOUZA MATOS e outros Advogado (s): LINDDEMBERG LEAL FREITAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARIPIRANGA-BA Advogado (s): RELATÓRIO Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido liminar impetrado pelo Advogado LINDDEMBERG LEAL FREITAS em favor de JOÃO PEDRO SOUZA MATOS, atualmente recolhido no Conjunto Penal de Paulo Afonso, apontando como Autoridade Coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Paripiranga, nos autos nº 8001058-33.2022.8.05.0189. Aduz o Impetrante, que no dia 07.08.2022, por volta 19:00 horas, o Paciente adentrou a Igreja Matriz de Paripiranga e agrediu um "Coroinha" com uma faca, evadindo-se do local logo em seguida, sendo o fato divulgado, amplamente na comunidade, inclusive em redes sociais. Acrescenta, que no dia seguinte, um tio do Paciente, tomou conhecimento de que seu sobrinho estaria envolvido no ocorrido, e então denunciou-o à Polícia. Alega, que em ato contínuo, Policiais Militares realizaram uma busca no domicílio do Paciente e apreenderam livros religiosos, escritos em língua estrangeira, além de outros pertences, efetuando a prisão do Acusado. Sustenta ser a medida desproporcional, e despidida de fundamentação concreta adequada, mormente ante a insuficiência e precariedade dos elementos de prova colhidos na fase administrativa. Por fim, assevera que o Paciente ostenta condições pessoais para responder ao processo em liberdade e não ostenta periculosidade, de modo que requer o deferimento do pedido liminar para que seja revogada a prisão preventiva, com a consequente expedição de Alvará de Soltura em favor do Acusado, e subsidiariamente, a aplicação de outras cautelares diversas do cárcere. No mérito, pugna pela concessão da ordem, com a confirmação da decisão. À exordial foram acostados documentos suficientes à análise do pedido. O pedido de urgência foi indeferido, conforme decisão monocrática constante em evento 34529427. Informes judiciais apresentados (evento 34639157) Instada, a douta Procuradoria de Justiça emitiu parecer manifestando-se pelo conhecimento, e DENEGAÇÃO da ordem (evento 34766775). É o relatório. Salvador/BA, 26 de setembro de 2022. Des. Aracy Lima Borges - 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8038670-87.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: JOAO PEDRO SOUZA MATOS e outros Advogado (s): LINDDEMBERG LEAL FREITAS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARIPIRANGA-BA Advogado (s): ALB/04 VOTO Trata-se de Habeas Corpus liberatório, impetrado em favor de JOÃO PEDRO SOUZA MATOS, recolhido no Conjunto Penal de Paulo Afonso, em virtude de prisão preventiva decretada pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Paripiranga, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado. Verbera o Impetrante que o Paciente sofre manifesto constrangimento ilegal diante da ausência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva (artigo 312 do CPP), mormente por ostentar condições pessoais favoráveis, estando a constrição da liberdade desprovida de fundamentação idônea, em total afronta aos princípios do devido processo legal e presunção de inocência. Pois bem. Extraí-se dos fólios, que no dia 07.08.2022, por volta das 19 horas, o Paciente chegou à porta da Igreja Matriz da comarca de Paripiranga e perguntou à algumas pessoas quem era o Padre, contudo elas não lhe deram atenção. Assim que o culto foi iniciado,

o Acusado adentrou o templo e desferiu um golpe de faca na região do pescoço de José Marques Santos Souza, Coroinha da Igreja, acreditando ser o Pároco, evadindo-se do local logo em seguida. O Paciente foi preso em flagrante no dia seguinte, após ser denunciado por um tio que havia tomado conhecimento do fato pelas redes sociais. Ao ser realizada busca e apreensão na residência do Paciente, foram encontrados escritos religiosos em língua estrangeira, sendo alguns em árabe, um Alcorão e outros objetos, conforme descreve o Auto de Exibição e Apreensão acostado (evento 345000369). A vítima, por sua vez, sofreu lesões corporais, não vindo à óbito por que conseguiu se desvencilhar, tomando a faca do agressor, sendo socorrida no hospital municipal. O Paciente foi denunciado pela prática das condutas descritas no art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, todos do Código Penal, sendo a inicial acusatória recebida em 02 de setembro do ano corrente, encontrando-se os autos no aguardo da citação e apresentação de Resposta à Acusação (ação penal nº 8001098-15.2022.8.05.0189). Depreende-se do art. 312, do CPP, que, presentes a prova da materialidade do crime e indícios de autoria, a segregação cautelar poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. No caso dos autos, o Magistrado a quo decretou a custódia cautelar do Acusado para a garantia da ordem pública, considerando que a gravidade concreta do delito evidencia periculosidade incompatível com a liberdade provisória. O modus operandi empregado pelo Acusado, tendo em vista que o delito foi praticado dentro de um templo religioso, demonstra sim uma maior reprovabilidade da ação, por consequência, a presença dos requisitos constantes no art. 312 do Código de Processo Penal. Nesse cenário, ao contrário do sustentado pela Defesa, observa-se que a decisão constritiva de liberdade encontra-se revestida dos elementos que lhe conferem validade, mostrando-se suficientes seus fundamentos, ante a necessidade de apaziguar o temor da vítima, surpreendida com um golpe de faca no pescoço, bem como da comunidade da pequena cidade de Paripiranga, chocada com a audácia do Paciente. Importante registrar que a prisão preventiva, quando decretada para assegurar a ordem pública, não viola o princípio do estado de inocência, porquanto em contrapartida aos interesses constitucionalmente assegurados aos acusados existem outros igualmente relevantes e tutelados pela Constituição da República, como a segurança pública, que, diante do conflito concreto de valores, deve exercer preponderância sobre aquele primeiro princípio. Quanto à possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares no caso concreto, e diante do consequente risco que a conduta do Paciente é capaz de trazer para a sociedade, resta evidente que as medidas previstas no art. 319 do CPP não são mais adequadas que a prisão. Por fim, quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente, tais como a primariedade, residência fixa e ocupação lícita, ainda que fossem demonstradas, não possuem o condão de afastar a necessidade da custódia cautelar, quando presentes os seus requisitos, como ocorre no caso. Sobre o tema, colhem-se julgados do STJ: RECURSO ORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO. ELEMENTOS CONCRETOS. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. 1. O decreto prisional encontra-se suficientemente fundamentado. Presentes prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do delito de tráfico de drogas. A prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública. Ficou delineada a gravidade concreta do delito, revelada pelo modus operandi empregado pela organização criminosa, sendo encontrada com os autuados farta quantidade

de drogas (128 g de crack e 40 g de maconha), além de um impressionante arsenal de armas, de grosso calibre, rádios de comunicação e todo um aparato, tudo a indicar que ali era, até o cumprimento do mandado judicial, um robusto e fortificado ponto de tráfico de drogas e armas. 2. Condições pessoais favoráveis, como o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho lícito e residência fixa, não asseguram a liberdade provisória, quando demonstrada a necessidade de segregação cautelar. 3. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo (Súmula 52/STJ). 4. Recurso ordinário improvido.” (RHC 60.481/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Demais disso, há mister ressaltar que o “princípio da confiança no juiz do processo” deve ser aplicado ao presente caso, visto que o magistrado de piso apontado como autoridade coatora, por estar mais próximo das pessoas em causa, dos fatos e das provas, tem, sem dúvida, maior noção da “verdade real” e melhores condições de dar ao feito o deslinde mais justo, como o de manter a prisão do paciente ou lhe conceder a liberdade provisória. De maneira perfunctória, ao contrário do quanto sustenta o Impetrante, constata-se que a segregação preventiva imposta ao Paciente está idoneamente balizada nas circunstâncias do caso concreto, bem como os requisitos exigidos a teor do art. 312 do CPP mostram-se, devidamente presentes no caso em testilha, hábeis à justificar a prisão preventiva infligida, restando inviável a aplicação de medidas cautelares diversas. Ante o exposto, voto pela DENEGACÃO DA ORDEM. Des. Aracy Lima Borges – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relatora